

Nostalgia e imaginação: dois factores dinâmicos num mundo global¹

Rui Bebiano

O historiador olha de frente para o passado, integra-o em nexos explicativos, procurando conferir algum sentido aos diferentes tempos do mundo em que vive. Reflete sobre um real vivido que se desdobra constantemente, uma vez que tudo o que ocorre se transforma rapidamente – e hoje cada vez mais rapidamente – em ocorrido. Este movimento de vaivém entre o passado e o presente é, aliás, particularmente estimulante num tempo como o actual, poderosamente marcado – na intensidade e na vertigem dos seus processos de mudança, no desdobrar inédito, em escala planetária, das suas geografias – por uma relação, ao mesmo tempo conflitual e de complementaridade, entre nostalgia e imaginação.

Mas para falar da nostalgia, que associamos livremente à recordação, é preciso também falar da desmemória, que aproximamos do esquecimento. É possível, no entanto, – como o fez José Colmeiro num recente livro sobre *Memória Histórica e Identidade Cultural* na Espanha pós-franquista – definir uma linha de separação entre esquecimento e desmemória. Se o esquecimento sugere descuido, acidente, o obscurecer casual de reminiscências do passado, a desmemória implica o apagamento voluntário ou consentido de segmentos do vivido, o desconhecimento, ou o desinteresse, por áreas do passado consideradas irrelevantes. A manifesta obsessão contemporânea pelo passado – pelas comemorações, pelos museus e pelos monumentos, pelas antigas áreas urbanas, pelas tradições (autênticas ou fabricadas), tanto quanto pelas biografias, pelos filmes e romances de temática histórica, pela ressurreição dos antigos ícones – parece compensar, de alguma forma, os inevitáveis progressos do esquecimento. Ao mesmo tempo, porém, este interesse pelo passado acentua o avanço da desmemória.

Isto sucede, em larga medida, porque a informação sobre o vivido é sempre filtrada, parcial, e decorre em regra de leituras hegemónicas, desenvolvidas tanto ao nível da chamada divulgação histórica, centrada na actividade dos meios de comunicação social, como nos programas escolares e na própria produção académica, que também desenvolve módulos dominantes de leitura. Esvaziados, sem qualquer possibilidade de defesa, da parte “irrelevante” do que nos foi legado, desmemoriados, reconhecemos então como passado, ilusoriamente, apenas aquilo que nos é transmitido através de uma informação profundamente selectiva. No fim de contas, será “aquilo” o passado (“aquilo” que escolheram não omitir, o que decifraram por nós e para nós, a chave de leitura que é proposta), ao mesmo tempo que “isto” (“isto” que vivemos, o que os testemunhos colaterais também relatam, o que podemos inquirir ou por nós

¹ Comunicação apresentada no painel MULTICULTURALISMO, GLOBALIZAÇÃO, ACTUALIDADE, integrado no programa do XX Encontro de Filosofia, *A Filosofia na Era da Globalização*, que decorreu no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra nos dias 23 e 24 de Dezembro de 2006 (N.O.).

próprios perceber) é apresentado, muitas das vezes, como um conjunto de equívocos ou alguma coisa de somenos importância.

Dou apenas dois exemplos da aplicação deste processo na história portuguesa recente: a leitura da acção de Salazar, que tem sido confinada à iniciativa de uma “personalidade forte”, cujo papel decisivo se centraria quase exclusivamente na sua visível capacidade de direcção e na intervenção categórica dos seus discursos; e, por outro lado, o relato, ainda extremamente parcial, apesar da abundância dos estudos e da informação que se encontram disponíveis, das condições que permitiram e envolveram a Revolução de 25 de Abril, contada sobretudo pelos seus protagonistas mais mediáticos ou pelos que destes herdaram o poder.

É neste cenário complexo e ambíguo, no que diz respeito à relação entre o passado e o presente, que emerge então a actual atracção pelo processo nostálgico.

Detecta-se, na experiência contemporânea, uma sobrecarga da memória e um interesse pelo passado que integram a nostalgia no quotidiano. Podemos vê-lo nos suplementos dos jornais diários e semanários, nas colecções de livros e de DVDs que oferecem, nas estratégias eleitorais que apelam a reminiscências identitárias, no crescente sucesso comercial das séries televisivas, dos filmes e dos romances cujos argumentos se cruzam com o fio da história. Ou então reparando na torrente comemorativista (e revivalista, em determinados casos) presente na política cultural dos governos, na actividade de muitos municípios, nas escolhas temáticas de actividades propostas por certas fundações, entidades mecenáticas ou instituições universitárias.

Porém, se de acordo com Paul Virilio, a *dromologia* (de *drómos*: a acção de correr, a corrida) tende actualmente a substituir a *cronologia* pela interferência crescente da aceleração de velocidade nos processos de comunicação, esta atenção perante referências que se fundam num tempo já ocorrido ergue-se, não apenas como expressão de mero “passadismo” ou de passividade, mas também, independentemente da sua qualidade, como território de resistência face à vertigem de apagamento do passado que é inevitavelmente induzida pela rapidez.

Durante muito tempo a interpretação da atitude nostálgica – “*el mal de corazón*”, como a designavam alguns tratadistas militares do século XVI – permaneceu limitada à expressão melancólica de uma forma de sofrimento suscitada pelo afastamento prolongado do lar ou da pátria, ou pela recordação insistente de um passado considerado perdido. Para não recuarmos muito, o recente Dicionário Houaiss associa-a ainda a formas de “*melancolia profunda causada pelo afastamento da terra natal*”, ou a “*distúrbios comportamentais e/ou sintomas somáticos*”, se bem que, de forma talvez mais branda, a reconheça também como “*estado de tristeza sem causa aparente*”. A psicanálise define-a mesmo como “*manifestação regressiva intimamente relacionada com estados de perda, de dor, de luto não completado e, finalmente,*

de depressão” (Castelnuovo-Tedesco). Algo, pois, de uma natureza inequivocamente patológica, socialmente negativa, e que deve ser objecto de diagnóstico e de tratamento.

No entanto, é ao mesmo tempo possível encontrar uma leitura bastante mais positiva, a qual tem vindo a prosperar nas últimas décadas, e que aceita então a nostalgia – distinta, como sublinhou Jankélévitch, “do *spleen*, da angústia ou do aborrecimento”, com os quais é por vezes confundida – enquanto expressão ou momento de deleite, ou ainda, mais dinamicamente, como veículo de esperança. O *New Oxford Dictionary of English* considera-a assim um “*anseio de natureza sentimental ou ávida atracção pelo passado, tipicamente por um período ou um lugar com o qual se torna possível estabelecer associações agradáveis*”. A russa-americana Svetlana Boym, que tem estudado o tema, atribui à atitude nostálgica um significado particularmente positivo e criador, de uma natureza não necessariamente retrógrada ou doentia, se bem que distinga o que chama designa por “*nostalgia reconstitutiva*” (“*restorative nostalgia*”), preocupada com a recuperação ou a “reconstituição” do passado, de uma outra “*nostalgia reflexiva*” (“*reflective nostalgia*”), que procura ultrapassar o limiar da história, emergindo, voluntária ou involuntariamente, como instrumento gerador da utopia, ancorado (são palavras da autora) “*nos sonhos de um outro lugar e de um outro tempo*”. A britânica Pam Cook considera por sua vez, em livro recente sobre a relação entre história, nostalgia e cinema, que “*não sendo progressiva em si mesmo*”, a nostalgia “*pode integrar a transição para o progresso e a modernidade*”, através de um processo que designa por “*let’s pretend*”: os eventos do passado são manipulados e “reconstituídos” perante uma audiência do presente, estabelecendo-se desta forma uma conexão dinâmica entre ambos os tempos, o ali representado e aquele no qual a representação é concebida.

O passado que é aqui objecto de demanda não se limita, porém, a uma tentativa de réplica, ou de interpretação, da memória acumulada. Vai mais longe, integrando-a, combinando-a, actualizando-a também. No debate sobre a relação entre história e memória, este grau de presentificação tem, por vezes, sido apontado como atestado de menoridade, ou de imprecisão, detido pela segunda (olhando-se a memória recente como instrumento “quente”, demasiado próximo da emoção, e, como tal, “enganador”). Contornando esta posição, pode argumentar-se que todo o presente é recordação. Ou que a confrontação de diferentes memórias é uma forma de indagação de alguma verdade. E que mesmo o conceito bergsoniano de *déjà vu* se não limita a nomear uma repetição meramente passiva do passado – tal como o entende o senso comum –, funcionando antes, como sublinha Paolo Virno (em livro significativamente intitulado *Il Ricordo del Presente. Saggio sul tempo storico*), enquanto instrumento de uma constante reinvenção do presente, integrando todas as representações do vivido, servindo-se delas como pistas, naturalmente sujeitas a operações de natureza crítica, para um mais completo reconhecimento do mundo.

Porém, a atitude nostálgica não depende apenas do fascínio pela natureza irrecuperável do acontecido para afirmar a sua capacidade de atracção e o seu enorme impacte emocional. De facto, ela navega muitas vezes até um passado que jamais foi vivido, mas que é imaginado, idealizado, ou arquitectado a partir de modelos pré-estabelecidos, utilizando para esse efeito os diversos recursos dos quais dispõe a memória colectiva adquirida, entre os quais se conta, com grande destaque, o discurso historiográfico. Este opera, nessas circunstâncias, por intermédio daquilo que Mikhail Bakhtin designou por “*inversão histórica*”: o ideal que não pode ser vivido é projectado no passado, é “memorizado” enquanto passado, conservado (“*cristalizado*”, diz Bakhtin) em momentos seleccionados e combinados pela memória, ao mesmo tempo que outros permanecem omissos, isto é, são esquecidos ou recalçados. Rebelando-se contra a ideia de “irreversibilidade do tempo” – sob a tutela desse “anjo da história” que Benjamin, nas *Teses sobre Filosofia da História*, colocava no limiar do passado e do futuro – a operação nostálgica desenvolve, desta maneira, com o permanente apoio da imaginação, como que um processo de higienização do acontecido, limpando-o das irregularidades, fazendo-o parecer completo e coerente, e transformando-o, por esta via, em exemplo e objecto de atracção. Podendo ainda colaborar na produção de visões do futuro.

Este processo tem sido recorrentemente utilizado, nos últimos anos, pelo cinema e pela literatura, que desenham, perante um público que não possui referências históricas minimamente sólidas (e que inclui a maior parte dos actuais estudantes do ensino secundário e superior), um passado que parece plausível e que passa a integrar o imaginário. Vejam-se, como exemplos, *O Reino dos Céus*, sobre umas cruzadas que jamais existiram, *Tróia*, que tenta dar um sentido credível à lenda, *O Senhor dos Anéis*, onde se desenha um futuro com os sinais do passado; a série televisiva *Até Amanhã, Camaradas*, que revisita em leitura sentimental e hagiográfica a resistência ao salazarismo, ou, no campo literário, *O Código Da Vinci*, reinventando a história da Igreja católica e do próprio Cristo, e os livros de Fernando Campos, que preenchem livremente espaços em branco deixados pela ausência de documentos.

Paul Ricoeur lembrou, em *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*, que a articulação entre memória e imaginação foi abordada desde os primórdios da história da filosofia ocidental, afirmando que, desde essa altura, “*memória e imaginação partilham do mesmo destino*”, ainda que determinadas tradições culturais tenham desde sempre procurado separá-las formalmente. A formulação utópica, que integra o que Ernst Bloch chamou de “*sonho acordado*”, processa-se aliás, junto do sujeito que a formula, por meio de relações entre a sua capacidade de reorganizar a informação que possui, servindo-se dela para se distanciar do presente vivido e conceber novas realidades. Bloch procurou, além disso, definir o conteúdo futuro do socialismo, enquanto objectivo caracteristicamente humano, a partir das utopias e das

esperanças que integravam toda a memória do mundo, reavaliando a história através do que chamou uma “*meta-história das antecipações*”.

Reciclando o conceito de *comunidade imaginada* desenvolvido por Benedict Anderson – concebida como núcleo identitário, gerado na confluência de práticas do quotidiano e de narrativas, que pode levar à própria reinvenção do conceito de nacional –, o antropólogo Arjun Appadurai fala de *mundos imaginados*, entendendo-os como “*os múltiplos universos que são constituídos por imaginações historicamente situadas de pessoas e de grupos espalhados pelo globo*”. Associa-os ao processo de globalização cultural, em larga medida promovido e acelerado pela revolução comunicacional que se encontra a decorrer, a qual permite imaginar localmente, “*numa espécie de palco global ou cosmopolita*”, um número crescente de universos próximos e distantes, cada vez mais complexos, contribuindo esta “*globalização da memória*” para tornar ainda mais denso e complexo o processo de aproximação planetária.

Claro que a reflexão criadora sobre o passado não constitui um fenómeno recente. Mas tem vindo a ser redefinida e destacada através de um conjunto de processos, estes sim mais ou menos recentes, cujo trajecto ao longo das últimas décadas é possível mencionar aqui, mesmo que muito sumariamente.

As duas décadas que preencheram os chamados “longos anos 60” desenvolveram-se fundamentalmente, na maior parte do planeta, num contexto de rejeição do passado, de declarado “ódio ao velho”, em nome de experiências e de metas históricas que se acreditava serem radicalmente novas e intensamente criadoras. A afirmação de uma nova cultura juvenil, articulada com a explosão da formulação utópica e a experiência do que na época era designado por “nova esquerda”, levaram essa rejeição do passado ao interior do próprio movimento operário e popular, e dos movimentos emancipalistas então emergentes. O fenómeno contracultural acentuaria ainda este distanciamento, em particular no domínio da criação artística e da estética do quotidiano. A obra de Andy Warhol interessou-se apenas pelo presente, e mesmo o passado invocado (os rostos de Marilyn Monroe, de Elvis Presley ou de Mao Tsé-Tung) são “reciclados” nessa perspectiva. O conceito de “revolucionário” sublinhou então a sua relação de sinonímia com o “novo”, o “diferente”, o *aggiornato*. É sob esta perspectiva que pode ser lida, por exemplo, a grande atracção suscitada na época pela exuberância e pela novidade da revolução cubana (a qual, pelo mesmo motivo, ainda hoje sobrevive em algumas consciências). Foi esse também, como se sabe, o eixo da avassaladora vaga de destruição do “velho” produzida na China durante a chamada Grande Revolução Cultural Proletária, ou no Camboja durante os anos de governo dos *khmers vermelhos*. E os exemplos poderiam multiplicar-se.

A contracorrente, a década de 1980 – que no ocidente foi a dada altura chamada de “idade neobarroca” (Calabrese), ou de “era do vazio” (Lipovetsky), em função do culto exacerbado da forma e do recuo das grandes narrativas explicativas, na altura associado ao discurso polifónico e flutuante da pós-modernidade – verá afirmar-se uma atracção desmedida pelo presente, anunciando-se então, de novo, o fim da história, ou, pelo menos, a morte das ideologias. Foi essa a década do claro recuo do prestígio social e do peso político das humanidades. Foi também essa a década *yuppie*, do arrivismo, da arrogância neoliberal representada nos governos “presentistas” de Reagan e de Thatcher, dos super-heróis, protagonizados por actores como Sylvester Stallone ou Arnold Schwarzenegger, que não dispunham de passado ou de futuro, mas apenas de “uma missão” eminentemente prática a cumprir, a qual não podia esperar nem podia ser questionada.

Todavia, as grandes transformações dos últimos quinze anos – incorporando como factores dinâmicos a mencionada revolução da comunicação, associada ao também já referido papel da velocidade, à desvalorização do local e do nacional, ao alargamento do espaço do mundo, à diluição das fronteiras, à valorização do multiculturalismo e do discurso do oprimido – reintroduziram o impacte do passado, e das suas diferentes leituras, como factores importantes de integração identitária e de definição do relacionamento entre as nações.

Como é sabido, o processo de globalização define a sua trajectória através de um complexo de representações que vai sucessivamente criando, integrando, acumulando. Mas fá-lo seguindo um processo dúplice e de uma natureza aparentemente contraditória, que se traduz numa espécie de “efeito de harmónio” – um constante movimento de alargamento espacial e outro de contracção comunicacional – o qual produz a consciência de pertença a um universo cada vez mais amplo, no interior do qual, apesar das diferenças, todos nos encontramos cada vez mais perto uns dos outros. Daqui a construção de discursos e de práticas de resistência, que definem e separam – dentro de um espaço cada vez mais acentuadamente uno – as diversas identidades que o integram.

A relação entre história e memória colectiva assume, neste contexto, um papel que pode revelar-se absolutamente central, uma vez que, seguindo a perspectiva de Maurice Halbwachs, é justamente neste campo da memória que é possível traçar um elo de continuidade entre o passado e o presente, podendo acentuar uma dimensão de autonomia atribuível ao indivíduo, à comunidade ou à nação, e construir novas formas de legitimidade política. Daí que, em todas as sociedades, o grupo hegemónico tenda a combater, a omitir, se possível a silenciar, a memória dos grupos oprimidos, a memória vencida, exilada ou clandestina, prevenindo, por esta via, a afirmação de uma legitimidade histórica, particularmente propagável nas novas condições, que possa colocar em causa essa hegemonia. E o inverso passa-se também: em sintonia com uma capacidade comunicacional hoje reforçada, o dominado, ou o minoritário, procura, pela

intervenção do passado, o grau de legitimidade que credibiliza o seu combate. A actual “*onda de recordação*”, da qual falava Pierre Nora numa entrevista publicada em 2002, é pois, numerosas vezes, selectiva, parcial, orientada e, cada vez mais, potencialmente conflitual.

Os acontecimentos dos últimos anos, no contexto daquilo a que Samuel Huntington chamou, de forma talvez pouco feliz e um tanto alarmista, um “choque de civilizações” projectado dentro da ordem mundial, acentuam o impacte desta realidade. A crise global desencadeada agora pela publicação, num semi-obsuro jornal dinamarquês, de algumas caricaturas de fraco nível artístico do profeta Maomé, integra-se nesse processo conflitivo de afirmação identitária. Por um conjunto complexo de circunstâncias, sectores radicais do Islão manipulam o passado, inventam-no por vezes, e têm vindo a apoderar-se de uma parte significativa do discurso global do oprimido, invertendo a relação – de uma forma que para nós, no ocidente, se revela algo paradoxal – entre o angélico (associado à inflexibilidade da fé e à imposição da verdade) e o pérfido (que possui como referente um valor, a liberdade de expressão, tomado como licencioso e como instrumento da violência do opressor).

Enquanto fenómeno generalizado, uma certa “*globalização da recordação*” (como foi já designada) conduz então a dimensão nostálgica até um novo patamar, que não é já o da afirmação pessoal ou comunitária, essencialmente lúdica, de leituras do mundo que possuem o passado (“real” ou imaginado) como referente, mas reproduz perspectivas do processo histórico e dos seus destinos que comportam uma dimensão profundamente conflitual. Um “estado das coisas” que não podemos saber como evoluirá. Não sabemos se será – e em que condições poderá ser – superado pelo desejável diálogo intercultural. Mas, entretanto, seja qual for o ponto cardeal no qual nos situemos, obriga-nos a estar atentos à manipulação dos relatos do passado e a conviver de forma crítica e vigilante com todas as leituras e releituras da história. A “nossa”, a “deles” e a de todos.

Fevereiro de 2006

Rui Bebiano é professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador-senior do Centro de Estudos Sociais.